

REFLEXÕES EM TORNO DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR: O CASO DE MARAU

João Carlos Tedesco¹

SINOPSE

O presente artigo discute a inserção e a permanência da pequena produção familiar de Marau ao processo de modernização da agricultura brasileira. Para tanto, analisa-se as relações internas e externas que aglutinam e envolvem a produção de produtos diversificados, contraditoriamente, em meio ao processo modernizador, objetivadores da reprodução enquanto unidade componesa.

Palavras-chave: agricultura, economia regional, Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira, pós-década de 70, vem passando por um processo de profundas transformações a nível técnico-mecânico-agronômico-social, com todas as suas consequências, considerada por alguns como “irreversível”. Assim, o espaço agrícola moderniza-se, alterando a estrutura de produção, dinamizando e subordinando-se ao processo urbano-industrial, via complexos agroindustriais.

Entretanto, sabe-se que o modelo de produção, sob a ordem do processo modernizante, exige um patamar elevado de custos agronômicos, tecnológicos, uma profunda visão mercadológica e uma mudança nos padrões culturais. Nesse sentido, um grande contingente de pequenos produtores não têm condições de adequar seu processo produtivo às tecnologias modernas. No entanto, dada essas dificuldades, vários indicadores fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1985, demonstram o significativo crescimento do número de pequenos estabelecimentos agrícolas (de 5,2 para 5,8 milhões) - ver Martine, 1989: 54.

Nesse contexto contraditório, tendo presente a dinâmica estrutural do processo produtivo da agricultura, questiona-se quais seriam as articulações e as implicações existentes para a pequena produção familiar. Concomitante ao processo descrito, a

¹ Prof. do Depto de Economia e do Depto de Estudos Sociais da UPF. Mestre em Sociologia Rural IEPE/UFRGS.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	Ano 1	n. 1	p. 67-95	março 1993
-------------------	-------------	-------	------	----------	------------

região do Planalto Médio Gaúcho constituiu-se um “locos” privilegiado na implantação e no desenvolvimento do modelo. Ou seja, a região mostrou-se sensível aos altos índices de adoção tecnológica, além de caracterizar-se, em sua quase essencialidade, pela presença da pequena produção familiar⁽²⁾.

Nesse sentido, o presente texto pretende refletir a dinâmica do processo produtivo, sob a exigência modernizante que consiste num aparente contraditório abrir e fechar espaços para a pequena produção familiar. É nesse horizonte que se objetiva analisar a inserção da produção familiar, bem como sua sobrevivência no processo de modernização da agricultura. Para a compreensão desta relação, buscar-se-á discutir sobre as relações internas (produção, produtos, meios e aplicação da força de trabalho) e externas (o vínculo mercantil e associativo ao capital urbano), seus elementos aglutinadores, bem como seu dinamismo em termos de meios de vida. Para implementação da análise em questão, utiliza-se além da cultura da soja, os principais produtos diversificados como alguns dos elementos explicativos do processo em questão.

Para fins da análise aqui proposta, a metodologia aplicada é de caráter primário, isto é, exploratório. Dessa forma, foi escolhido um grupo de produtores rurais do município de Marau (num total de 20) que possuem uma estrutura fundiária de, até 25 ha, e que não são integrados, representativos das características da região. Foram utilizadas técnicas de entrevistas diretas, com questionários previamente definidos, e observações assistemáticas, através de um breve convívio e participação do cotidiano de algumas unidades familiares pesquisadas. Para uma melhor compreensão do universo simbólico-cultural, expressivo de suas realidades, foram mantidas, as suas expressões ao longo do texto.

Cabe frisar que, durante a análise do texto, a especificidade é o município de Marau, entretanto, dada a sua representatividade fundiária e de produção, se extrapolará a discussão, em muitos casos, em nível da Região da Produção.

Para sistematização das observações, optou-se em primeiramente, sintetizar a evolução da produção da soja na região, bem como a reestruturação do espaço agrário e urbano do município. Associam-se a esses fatores, as articulações do processo econô-

⁽²⁾ Os produtores rurais do Município de Marau, por exemplo, são, na quase totalidade, de base familiar. Conforme o Censo Agropecuário (1985), num total de 3.200 estabelecimentos, 2.950 possuem até 50 ha. Um número significativo desses pequenos produtores produz aves ou suínos integrados à empresa Perdigão (ver sobre essa temática, Tedesco, 1992). Como não se tinha estudos empíricos acerca das estratégias de sobrevivência dos “não-integrados”, faz-se necessário enfocar alguns elementos expressivos dessa articulação, objetivando mostrar as práticas gerenciadas pela unidade familiar, na tentativa de permanência enquanto unidade camponesa. É fundamental que, em vez de implementarmos modelos apriorísticos de práticas produtivas (o que comumente se faz no campus, não no campo)), conhecer, pelo menos, sumariamente, como a unidade camponesa familiar da região articula seu cotidiano econômico e social.

mico modernizante que gira em torno desse produto. Posteriormente será analisada a dinâmica das relações internas e externas da unidade produtiva, bem como seus mecanismos de reprodução enquanto unidade, no sentido de estabelecer as relações entre produção, financiamento e capacidade de gerenciamento dos recursos pelos mesmos.

2 A SOJA NA REGIÃO

A cultura da soja, em nível de Brasil, ganhou parcela de significância nos fins da década de 50 e início dos anos 60, induzida por grandes grupos econômicos internacionais, sob a tutela dos estados nacionais que, através de toda uma insistente propaganda de reestruturação de culturas, hábitos alimentares, criação de instituições de fomento, entre outras, transformou o processo produtivo e social agrário.

Cultivada primeiramente, em geral, nas pequenas e médias propriedades, consorciada com o milho, com o objetivo do engorde de suínos, vai aos poucos transcendendo esse primeiro objetivo e ganhando espaço do comércio exportador. Áreas que até então serviam unicamente para pastagens foram subtraídas ou totalmente substituídas pela produção da soja. O consórcio milho-soja é substituído pela combinação trigo-soja. A implantação da produção em áreas de campo, principalmente no planalto médio gaúcho, faz-se presente em todas as estruturas produtivas, inclusive servindo-se da estrutura cooperativista e de mecanização, que até então se expressava.

A década de 70 marcou o auge do ciclo expansionista da soja. “O que a caracterizou foram as excelentes cotações do produto no mercado internacional e a sua colocação no mercado em períodos de entressafra americana, propiciando, ano a ano, substancial elevação da oferta, a tal ponto que se tornou a principal cultura do Rio Grande do Sul” (Conceição, 1986: 43). A soja assume, a partir daí, a dianteira do processo produtivo. Fatores como mecanização, insumização, indústria a jusante e a montante, difusão tecnológica, programas governamentais, mudança alimentar, estruturam-se, formando um corpo interligado (intersectorização) criador de condições para o desenvolvimento do produto. Foi, por assim dizer, o produto por excelência do processo de modernização da agricultura brasileira.

Brum (1988: 78) resume bem essa nova estratégia do “agro” brasileiro:

“A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Nessa fase se define com mais clareza o atual modelo econômico brasileiro. A nossa economia se integra mais ao capitalismo internacional. O país experimentou um período de rápido crescimento econômico, fase esta conhecida como “milagre brasileiro”, que se estendeu de 1968 a 1973/1974. A necessidade de importar em grande escala máquinas, equipamentos e aparelhos modernos (bens de capital) para a implantação

de um parque industrial sofisticado, predominantemente multinacional, levou o governo brasileiro, seguindo a estratégia e orientação dos países centrais, principalmente os Estados Unidos, e das corporações transnacionais a incentivar a agricultura modernizada destinada à exportação. A soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela, se ampliou e consolidou definitivamente o processo de modernização da agricultura na região e no país.”

Criou-se, assim, uma estrutura monocultora, induzindo profundamente não só pequenos, como médios e grandes produtores a inserirem-se no cultivo da mesma⁽³⁾. Os resultados, conforme a tabela 1, não demoraram a aparecer.

A década de 80 não foi tão promissora como a anterior. A escassez de recursos em crédito, as sucessivas frustrações de safras (pós 78), instabilidade dos preços internacionais (Segundo choque do petróleo), o fechamento das economias desenvolvidas, a elevação dos preços dos produtos de importação (bens industriais de capital), fizeram com que a monocultura da soja cedesse parte de seu espaço à lavoura diversificada. A agricultura passou a ser reestruturada. Não houve um retorno à sua forma tradicional, mas um rearranjo dentro do próprio processo de modernização da agricultura. No entanto, esse rearranjo não foi globalizante; regiões como: Mato Grosso, Goiás e até, recentemente, o Paraná continuam com a monocultura da soja. Isso se deve, em grande parte, à alta produtividade do produto em função do não esgotamento do solo e aos fatores climáticos terem sido favoráveis nos últimos tempos nessas regiões.

TABELA 1: Área Cultura (ha) com as Principais Culturas no RS. 1950-1975.

ANO	1950	1960	1965	1970	1975
CULTURAS					
Soja	24.259	167.384	384.643	863.607	3.113.286
Trigo	484.539	948.749	570.033	1.467.352	1.898.923
Milho	845.016	1.179.575	1.570.367	1.741.670	1.524.138
Arroz	239.336	336.696	450.496	420.438	468.585
Feijão	140.247	172.504	247.717	270.707	187.633
Fumo	39.141	73.907	88.073	86.923	77.107

FONTE: ANUÁRIO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 1960-1967. Porto Alegre, Departamento Estadual de Estatística, 1961-1968 e 1968-1971.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL, 1972-1975, Porto Alegre, FEE, 1976.

⁽³⁾ Inúmeros agricultores de Marau comentam, frustrados, com relação às derrubadas, a destruição dos poteiros para plantar soja, “....deu aquela febre. Hoje estamos nessa situação. Temos máquinas e acho que vamos voltar a criar porco, gado, sei lá! (...) A soja está virando só em despesas (...), destocamos fora tudo, estragamos a terra e, olha aí (...), enganados é que fomos, isto sim”.

No Rio Grande do Sul, os números mostram que o processo reducionista se salientou bastante na década de 80.

“...em 1980, teve-se já uma redução da área plantada com soja. Em 1981, ocorre nova diminuição, para, no ano seguinte, 1982, ter-se a menor área com soja dos cinco anos precedentes. Persiste, em 1983, a tendência de redução na área cultivada, ocorrendo, no entanto, em 1984, um aumento de 7 % nas terras utilizadas para plantio de soja. Aumento esse que é exceção no comportamento dos produtores e que foi devido à expectativa com relação à elevação dos preços do produto em função da frustração da safra norte-americana. A redução da área volta a ocorrer em 1985, e há importante queda em 1986 e 1987” (Almeida, 1990: 220).

Percebe-se, pela tabela 2, o declínio sucessivo da área colhida. Mas, mesmo com a redução da área, a soja continua ainda insubstituível⁽⁴⁾, ou seja, há sequência do processo produtivo, inclusive como sendo o principal produto da lavoura gaúcha.

TABELA 2: Área Colhida, Quantidade Produzida e Produtividade Física da Soja no RS - 1980 - 1987.

ANOS	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1980	3.987.502	5.737.170	1.439
1981	3.819.460	6.008.344	1.595
1982	3.539.585	4.220.579	1.192
1983	3.402.835	5.268.869	1.548
1984	3.641.813	5.415.494	1.487
1985	3.637.173	5.711.149	1.570
1986	3.243.018	3.269.024	1.008
1987	3.157.413	4.995.218	1.582

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1984 (1985), 1985 (1986), 1987 (1988). Rio de Janeiro, IBGE. (Apud, Almeida, 1990: 233).

A inserção da soja na região de Marau não fugiu à regra das outras regiões do Estado e do País. Nos anos 60, o Censo Agrícola já indicava a presença do cultivo do produto enquanto fator de complementariedade ao trigo, utilizado comumente “in natura” como complemento alimentar dos suínos. Mas é, no início dos anos 70, que o

⁽⁴⁾ Procópio Filho (1979) coloca que, em 1979, dos, aproximadamente 8.300 milhões de ha de soja plantados no Brasil, 4.109 milhões estavam localizados em terras gaúchas. Tal exagero acabou por prejudicar até mesmo o cultivo da própria soja, já que está se beneficia igualmente com a rotação de culturas, seja por causa da produtividade, seja pelos ganhos do solo. Com a rotatividade, a terra fica enriquecida em seus aspectos físicos e químicos, além de ter reduzida igualmente a ocorrência de plantas daninhas.

produto ganha intensidade e articula o espaço na região, sendo por isso considerada por Zockun (1978) como a terceira região da “frente de expansão”, de solos muito férteis, adaptados a estruturas mecânicas⁽⁵⁾, infra estruturais, cooperativista e, sem dúvida culturais. É como afirma um agricultor: “A terra parada não fica. Se um não dá bem, arriscamos no outro. O governo financia (...). Ocupemos as máquinas, assim, né”. Até o início da década de 60, desenvolvia-se no município uma agropecuária colonial. Na cidade, havia apenas o comércio (lojas, armazéns e pequenas indústrias). O agricultor ia para a cidade vender o produto e adquirir bens para seu uso comum. A transferência de capital dava-se entre a agricultura e o comércio. Com a entrada da soja, o processo complexificou-se. A constituição de um pequeno capital comercial promoveu a quebra do isolamento da pequena produção no município. Cria-se a cooperativa com o intuito de integrar e congregar os produtores em torno de um processo modernizante de produção. Essa nova iniciativa instrumentalizou um mercado para os produtos agrícolas, assistência técnica e venda de insumos, montagem de agroindústrias, processadoras dos produtos, tornando-se, hoje, um instrumento fomentador por excelência do processo de industrialização da agricultura e do conseqüente incentivo à produção de soja no Município.

“... na época (1965) era uma pequena associação porque os agricultores estavam passando por dificuldades e daí resolveram se juntar com o objetivo de comercializar em conjunto a sua produção. Era um dos principais problemas, entre outros, tais como: assistência técnica, tecnologia, etc..., então se pensou na criação da Cooperativa. (...). Nesse contexto o governo incentivou a lavoura mecanizada que, inclusive, provocou êxodo rural. por isso surgiu em 64 o crédito que, a princípio não surgiu porque a agricultura precisava dele, mas, sim, porque a indústria precisava vender suas máquinas para a agricultura. Em decorrência disso, a agricultura foi na “carona” e conseguiu crescer. Já nos anos 64-65 existia o problema de armazenamento do produto. O governo teria que investir em armazenagem. o governo financiou (via BB) os agricultores para construir seus próprios silos, daí surgiram as cooperativas. Marau tá dentro deste contexto. O governo financiou e, ficou fora do processo. (...). Aí pelos anos 70, o ciclo do trigo começou a ter problemas com doenças. Existiam máquinas nas lavouras e silos. Isso deu impulso à lavoura de soja, podendo fazer uma cultura de inverno e outra de verão. Os problemas enfrentados pelo trigo, acabaram deixando a soja sozinha. (...) (Gerente da COOPEMARAU)

⁽⁵⁾ Segundo Conceição (1986), as Microrregiões da Colonial de Santa Rosa, a de Passo Fundo, a das Missões, a de Cruz Alta e a do Alto Jacuí tinham, em 1970, a soja como cultura predominante. A concentração desse produto vai se dar, na década de 70, justamente nessas regiões, as quais eram consideradas áreas triticultoras. Na região de Marau, devido à topografia, há áreas de aplicação intensiva de meios mecânicos, mas há, em áreas montanhosas, produtores que ainda plantam soja consorciada com o milho (totalmente manual), ou ainda unidades de produção que a utilizam unicamente para alimentação animal.

Tanto a cooperativa como outras indústrias articularam-se em função do novo produto⁽⁶⁾. O crédito abundante, oferecido nas primeiras décadas de 70, contribuiu significativamente para que os agricultores adquirissem máquinas (tabela 3) até, inclusive, com capacidade superior super dimensionada para o tamanho das lavouras.

A transferência de renda agrícola não se deu mais preponderantemente no comércio e, sim, na indústria. Criou-se todo um contexto estrutural e conjuntural, propiciador dessa nova articulação agricultura-indústria, tendo a soja como elemento cimentador dessa relação. A cidade e o campo tornaram-se espaços que se complementam. Criou-se uma espacialidade social, uma espécie de totalidade que se articula em função das necessidades essenciais de uma formação econômico-social considerada. O agricultor tem um contato com o urbano mais freqüente, tem mais opções para a obtenção de produtos necessários. O espaço passa a ser gestado pela mercantilização, pelo capital produtivo, enquanto criação social de circulação de investimentos valorativos⁽⁷⁾.

TABELA 3: Efetivo Total de Máquinas Agrícolas em Marau. Período 1960-1985

ANOS	1960	1970	1980	1985
MÁQUINAS				
Tratores	100	281	1.296	1.495
Arados Mecânicos	95	280	1.222	1.380
Colheitadeiras		132	620	478

FONTE: Censo Agrícola do RS - 1985

O espaço agrário, com a inserção da soja, passa a ter uma atribuição maior de valor, tanto em nível territorial quanto de infra-estrutura e tecnologia. Nesse sentido, o espaço é objeto e produto do capital e, ao mesmo tempo, é valorização do mesmo. Esse processo, engendrou um contato do homem com a natureza (terra) não mais direta, mas intermediada pela técnica, gestando, dessa forma, articulações, em nível de forças produtivas e de relações de produção, internas e externas à unidade produtiva familiar. É o que será analisado através da pesquisa de campo.

⁽⁶⁾ Várias empresas exercem atividades similares na região, tais como a SAMRIG, CEVAL, Cereais Migliorini, Perdigão, Óleos Vegetais, etc.

⁽⁷⁾ Nesse dinamismo, no contato com a natureza, "... o homem perde cada vez mais a sua antiga proximidade com o mundo da causalidade natural e se afirma como ser eminentemente social, em contrapartida, a própria natureza distancia-se cada vez mais de seu caráter original (...). Além do mais, recursos naturais e o espaço são progressivamente açambarcados pela mercantilização e privatização" (Moraes e Costa, 1987: 89).

3 RELAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS DO PROCESSO PRODUTIVO

A soja é produzida, praticamente, em todas as unidades familiares. O uso do maquinário na sua produção é imprescindível. Os elementos mecânicos, técnicos, a estrutura de financiamento (subsídio do Estado) são direcionados para as terras planas. O trator substituiu o arado a boi, e o processo tornou-se irreversível. Pouquíssimos são os que ousam resignar-se voltar a trabalhar com boi - “fazem tudo de máquina, plantam, limpam e colhem”.

Segundo informações de produtores, a grande maioria “capitalizaram-se” com subsídios estatais no decorrer da década de 70. Como consequência disso “destocamos muita terra, arrancamos mato, erveiras, potreiro e Deus do céu!, não quero nem me lembrá. É que se tinha máquina, né, adubo à vontade. Todo mundo comprou trator (...). O governo ajudou nós naquela época. Hoje se tem tudo pronto, não se tem mais condição de plantar. (...), não sobra nada”. (A. S., em 18/11/92).

A mecanização intensiva empregada nas principais culturas na região (soja, trigo e milho) obriga a alocação da mão- de- obra das unidades familiares em atividades estratégicas. As unidades de produção familiar buscam diversificar e produzir alguns produtos para o consumo produtivo e improdutivo. Há um recrutamento mínimo de força de trabalho assalariado na produção de soja. Raríssimos produtores adotam essa aplicação de força do trabalho. Alguns médios produtores recrutam temporariamente “caboclos” residentes na região (expropriados totalmente). Em algumas propriedades maiores, observou-se o emprego de força de trabalho assalariado feminino, principalmente, nas capinas que a cultura da soja exige. “... é que não se tem muito que fazer. (...). A gente aproveita e ganha alguma coisa. (...) E também não é muito tempo. É mais nas horas de precisão, mesmo”. Esse emprego da força de trabalho em Marau é efêmero e não dá para caracterizá-lo como proletário ou unicamente trabalhadoras assalariadas, pois além de serem produtoras, não necessitam unicamente da remuneração do trabalho assalariado como fator de sobrevivência.

A mecanização está reservada a culturas específicas. Em contrapartida, os produtores intensificam a produção de subsistência (tradicional e de mercado sem emprego de capital) com aplicação da força de trabalho própria. Quer dizer, a própria mecanização, paradoxalmente, criou uma situação que não deixa a força de trabalho da unidade ociosa. Obriga utilizar a força de trabalho humana como forma, até, de repor os pressupostos da própria produção. Os produtos diversificados (meios de vida) transferem uma certa autonomia (pelo menos, no processo produtivo) aos produtores, pois estão desvinculados do sistema financeiro e das exigências do capital industrial. Estan-

do longe do banco, os agricultores da região sentem-se confortados: “graças a Deus plantei por conta, se dá alguma coisa não deixamos prô banco”. A autonomia expressa-se também na capacidade que o produtor tem de atribuir parcelas de valor a alguns de seus produtos. No caso dos produtos essencialmente comerciais, isso, normalmente, não acontece. A vinculação com a indústria processadora, as orientações externas nas atribuições dos preços, a necessidade constante do financiamento para cobrir as despesas do ciclo produtivo dão pouca margem de decisão aos produtores. As disparidades entre os preços dos produtos produzidos e vendidos na unidade e os comprados fazem com que os agricultores tenham que recorrer constantemente ao banco. Autonomia e dependência, portanto, aparecem como expressões de relações através das quais operam as unidades de produção. Ambas são pensadas, a partir do processo produtivo enquanto tentativa do produtor repor os pressupostos da produção (meios, força de trabalho, controle e orientação da produção e condições externas, tais como preços, financiamentos, etc.). Constatou-se que a mecanização obriga o agricultor a repensar e a redefinir sua produção numa dimensão racional mais ampla. Essa dimensão da racionalidade se dá também em função de sua situação, de suas capacidades expressas nas condições da terra, trabalho, do aspecto financeiro, etc. Praticamente, todos os produtores entrevistados disseram que não só gostariam, como teriam que deixar da soja e recommear a plantar milho. Mas não o fazem porque suas máquinas são adaptadas à soja.

“Aqui (região de estudo) tem uns três ou quatro que possuem a plataforma de colher milho. Só que querem muito. O ano passado que o milho era bonito, ficavam com 15% do produto colhido. Esse ano (1992) falam em 14, 15%. Tá loco! Aí entregamos tudo de uma vez. Colher à mão, somos em poucos. Nos obrigamos daí, né. (...). Além disso, tem o preço que não compensa” (A. R., em 08/11/92).

O aluguel das máquinas é elevado, não pela escassez das mesmas, mas pelo alto custo de manutenção. O aluguel das máquinas não pode ser pensado como uma relação de produção capitalista, onde o capital e o trabalho se encontram cimentando uma relação de compra e venda da força de trabalho. É a máquina que está fundamentando a relação, não o trabalho. O maquinista é remunerado monetariamente ou em produto, pelo emprego de um meio de produção (máquina) e não pela força de trabalho⁽⁸⁾.

⁽⁸⁾ Presenciaram-se situações de colheita de trigo, onde se constatou um ambiente alegre, informal entre o dono da máquina e o da produção. Normalmente, é saboreado um churrasco assado embaixo de uma árvore próximo à lavoura. Esse clima de festa tem dentro de si o sentimento da colheita do fruto, onde as relações de trabalho estão materializadas nele. O processo produtivo chegou ao fim. A colheita ganha um sentido simbólico profundo, mesmo porque ela expressa, entre outras dimensões, a relação do homem com a natureza, mediado, neste caso, pela técnica. Essa dimensão transcende o plano das relações de uma articulação capitalista.

Além da questão da relação com o dono da máquina, o produtor racionaliza o espaço econômico produtivo a partir da necessidade comercial enquanto fator de reposição dos pressupostos da produção.

As terras mecanizáveis são utilizadas para produtos comerciais⁽⁹⁾. Nesses espaços, a composição química e orgânica do capital (máquinas, inseticidas, fungicidas, adubos...) pode atuar melhor, fazendo com que o produto, já que é destinado à comercialização, tenha um nível de produtividade compatível com a média referenciada nos preços dos respectivos produtos. Nessas espacialidades econômicas, é que o capital tem sua base e se fundamenta.

“... as determinações gerais do capitalismo na sua relação com o espaço, substantivam um modo geral de valorizá-lo que poderíamos definir como uma valorização para a valorização. Sob este modo de produção, o espaço é, antes de tudo, objeto, veículo e produto do capital. Por isso mesmo, em termos de determinações gerais, o processo de valorização capitalista do espaço não é outro que a própria valorização do capital”. (Moraes e Costa, 1987: 168)

Constataram-se situações de arrendamento ou até de parceria, articulados para produzir os produtos de consumo improdutivo e produtivo (neste caso, o milho). Alguns agricultores, que têm porções de terras montanhosas, arrendam ou trabalham em parceria, objetivando produzir os produtos e liberar as terras planas para a soja. Nesses casos, são derrubadas matas e capoeirões para o plantio do milho. Por serem terras “novas” (no sentido econômico), não há necessidade de composições químicas para a produção. O trabalho maior é derrubar a mata. A limpeza é feita com herbicidas que secam as folhas largas, permitindo o desenvolvimento normal do milho. Aplicam-se várias formas de cobrança de arrendamento. Se houve derrubada da mata, o dono da terra não cobra arrendamento, mas exige o preparo de toda a lenha para a comercialização. No caso da terra já ter sido trabalhada, as taxas de arrendamento variam entre 20, 25% do total da produção

“Tem uns sete ou oito que arrendam. Tem colono que dá terra pra três, quatro produtor plantar. (...). Compensa. Se a terra é boa, a gente se livra pelo menos de comprar milho, né. Aí bota feijão no meio do milho, amendoim, vassoura, tudo o que dá, né, se paga o arrendamento só do milho. Até tem colono que trabalha junto (parceria) ajuda a roçar capoeira, ajuda colher. Daí fica com mais, né, porque pouco serviço dá. Se aproveita dia que chove que não dá prá fazer outra coisa, aí se roça capoeira, limpar o milho; apesar de que quase todo o mundo passa veneno. Até nos morros fica fácil de trabalhar agora, né.”

⁽⁹⁾ Há um certo conflito observado em algumas unidades, entre o homem e a mulher pela destinação dos produtos em determinadas áreas. A mulher reivindica um espaço de “pura terra” para plantar produtos destinados ao consumo improdutivo (mandioca, alho, feijão...), o homem resiste em “liberar” esse espaço devido à necessidade de plantar soja.

A parceria é pouco evidenciada na região. Foram encontrados, entre os vinte produtores, apenas quatro casos, sendo, inclusive, entre vizinhos ou famílias não distantes que, de certa forma, se entreadutam em outras situações também. Essas estratégias, na forma de adquirir determinados produtos, colaboram para a continuidade da produção comercial nas terras planas e impedem possíveis fragmentações de espaços produtivos particularizados nas unidades específicas de produção, isto é, promovem uma espécie de associação familiar para obter um mesmo produto. A parceria só acontece, realmente, devido à insuficiência de terra entre os agricultores da região. Essa insuficiência de terras em relação tanto à força de trabalho disponível como à acumulação em termos mecânicos de produção, aplicados nas terras planas, não é suficiente, no nosso caso, para caracterizar um processo de diferenciação camponesa. Pela lógica leninista (Lênin, 1979), devido à escassez da primeira e à ociosidade da segunda, deveria haver um assalariamento maciço. O evidenciado não foi isso. A pequena unidade de produção familiar continua operando, tendo como base, o trabalho próprio. Ela não atua racionalizando sua força de trabalho em função da elasticidade da terra ou da família, determinada conclusivamente pelo consumo, como o analisado por Chayanov (1981). Segundo o autor, na sua visão marginalista-neoclássica, a unidade familiar articula sua auto-exploração em função de um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria rudeza do trabalho. O consumo passa a ser a forma relativa do tamanho e suas conseqüentes necessidades na família. Assim, na medida em que são acrescidos critérios de produtividade, acresce-se a obtenção da quantidade de produtos do mesmo trabalho, fazendo com que a unidade de produção aumente sua produção e satisfaça plenamente a demanda familiar. Há, neste sentido, uma certa pressão das forças internas da unidade. Ou seja, na medida da percepção do aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente, a pequena unidade familiar equilibrará os fatores econômicos internos da unidade (fundamentalmente, força de trabalho e produção), visando a uma menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho. Há, sem dúvida, segundo ele, nessa racionalidade, uma satisfação melhor das necessidades da família, com menor dispêndio de trabalho e a redução da intensidade técnica no conjunto da atividade econômica. A produção na unidade familiar seria orientada pelo critério da indissociabilidade entre produção e consumo. Em outros termos, as unidades produziriam, fundamentalmente, para o consumo produtivo e improdutivo da própria unidade. Frente a um aumento de preços, as unidades camponesas ou familiares poderiam diminuir sua produção, dado que os retornos satisfariam as demandas rotineiras de reprodução dos produtores. Na situação contrária, uma diminuição dos preços poderia intensificar o esforço da produção para manter a reprodução nos padrões habituais.

Percebe-se que Chayanov (1981) e seu paradigma teórico da racionalidade da aplicação da força de trabalho ou da especificidade do “camponês”, não é explicativo da totalidade⁽¹⁰⁾ expressa na região. Muito menos, como se vinha refletindo até agora, da tendência leninista do trabalhador assalariado enquanto devir inexorável (irreversível) do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. O camponês da região não está sendo varrido pela porta dos fundos do desenvolvimento capitalista. A lógica (se é que se pode utilizar esse termo) que se apresenta no momento e que, de uma certa forma, embasou e embasa as relações econômicas e sociais dos pequenos produtores familiares da região, é a da produção comercial. O ato de produzir não se objetiva, para o camponês, no consumo. É na venda. A produção excedente (vendida) não é a residual, não é aquela baseada nas necessidades sociais de consumo na unidade produtiva. A produção visa a capitalização (ampliar ou repor os pressupostos da produção). É evidente que há uma situação de mercado que criteriza, a partir dos custos do produto e os preços de venda, a colocação do objeto produzido na circulação mercantil. Mas a economia, enquanto tal, da unidade familiar de produção, é norteadas para o processo de circulação mercantil simples, ou seja, vender para comprar (M,D,M)⁽¹¹⁾. Esse movimento de relação econômica e de estratégia social orientam situações nas quais a própria unidade de produção aglutina ou absorve. A própria relação de parceria é uma atividade circunstancial que, indiretamente, evita a “proletarização” até mesmo parcial de trabalhadores de pequenas unidades. Constatou-se que, em vez de proletarizar, essa atividade colabora para aperfeiçoar um sistema de força de trabalho em conjunto. É óbvio que, no dinamismo da mercadoria, há sempre relações embasadas em critérios valorativos. O capital, por ser movimento, tem a capacidade de criar valor. Ele é o valor que se valoriza. Nesse sentido, o arrendatário de terras, como também os proprietários que alugam as máquinas (principalmente ceifadeiras), mesmo não sendo um

⁽¹⁰⁾ A totalidade é aqui entendida enquanto movimento e não, enquanto estrutura fechada, com suas formas definidas (sistema). Ela é movimento, por ser movimento, pode ser contradição. Aliás, contradição e movimento se articulam e formam o todo. A totalidade entendida enquanto movimento dialético (Moraes e Costa, 1987), propicia a percepção de uma forma menos mecânica da relação que o homem trava com seu meio natural na busca de sobrevivência e progresso.

⁽¹¹⁾ Marx (1985), na análise do fetiche, faz uma reflexão magistral sobre a espiritualidade (fetiche) que perpassa todas as instituições da sociedade capitalista moderna, objetivada pelo desejo da acumulação do capital. Uma reflexão aprofundada sobre isso está também na obra de Franz Hinkelammert: “As Armas Ideológicas da Morte”, 1983. O pequeno produtor rural não está excluído da institucionalidade da criação da dimensão fetichizada das relações mercantis. Esse “espírito”, mesmo sendo invisível, está presente. A produção de mercadorias, como foi visto até agora, insere-se na dimensão da vida do camponês. “Uma vez desenvolvidas as relações mercantis, as mercadorias se transformam em mercadorias-sujeitos, que agem sobre si e sobre os homens, arrogando-se a decisão sobre a vida ou morte destes. Permitem uma complexidade da divisão do trabalho nunca vista, e lançam-se, ao mesmo tempo, sobre ele para afogá-lo. E se o homem não tomar consciência do fato de que essa aparente vida das mercadorias não é mais do que sua própria vida projetada nelas, chega a perder sua própria liberdade e, no fim, sua própria vida” (p. 28)

capitalista no sentido nato, buscam empregá-las (terras e máquinas) na constituição de um certo lucro. O que o proprietário aluga é o capital, não a força de trabalho. A remuneração (“lucro”) se dá pelo emprego dos meios de produção, não pela força de trabalho. Esse “lucro” faz com que um grande número de produtores, mesmo não tendo mão-de-obra disponível, optem por colher o milho manualmente.

A pequena unidade de produção familiar orienta estratégias de capitalização. Essa orientação é expressão da necessidade que a mesma possui de se adaptar aos patamares médios de lucro e produtividade. Para tanto, busca, constantemente, adaptar-se aos padrões técnicos exigidos nos determinados produtos. Destarte, a unidade recorre, em determinadas situações, a organismos externos (vinculados à mesma), buscando formas mais elásticas às situações limite expressas na própria unidade ou até para maximizar seus lucros em situações conjunturais que expressam favorecimento.

3.1 O Contato com os Bancos

O agricultor da região passa a ter, pós década de 70, uma vinculação constante com o sistema financeiro do Município. Esse processo é parte integrante da política de modernização agrícola vigente, nessa época em diante no país. O agricultor, para obter financiamento à produção, tem que adquirir compulsoriamente os insumos necessários à cultura financiada.

Até a década de 80, a grande maioria dos produtores entrevistados, já tinham adquirido as máquinas e os implementos necessários à produção de soja, trigo e milho. Por serem os juros subsidiados, muitos agricultores recorriam ao financiamento, mesmo sem necessitarem e aproveitavam para montar uma infra-estrutura de moradia, compra de terras; em síntese, acumularam bens. Não havia uma fiscalização rigorosa por parte do banco. Um entrevistado sintetiza bem essa situação até o início da década de 80.

“... nós ainda fomos tarde. Sempre com medo, né. Fazer dívida, tá louco! Mas outros já tinham pegado financiamento 2, 3 anos antes e, daí que vimos que em vez de enterrar, se fizeram. (...). Muita gente comprou lote na cidade e foi morar lá. Outros compraram terra, máquinas, ficaram com o dinheiro no banco rendendo juros. (...) Os que souberam aproveitar se deram bem. Porque depois a coisa piorou, o governo cortou os empréstimos, a terra precisava de correção, os juros altos, os preços dos insumos, teve gente que estragou a terra, derrubavam capoeirão com trator de esteira com dinheiro do governo prá plantar soja, estragaram a terra e ficaram agora sem dinheiro prá corrigir” (J.D., em 13/11/92).

Aparentemente, o banco favorecia o agricultor. Essa aparência é reflexo de uma “essência” que visava à desestruturação do sistema tradicional de produção agrícola. A

aparência é sempre aparência de algo que se esconde em sua autenticidade; ela aponta para algo que não é ela mesma; ela se afirma como tal, exatamente, enquanto manifestação de seu contrário, daquilo que ela não é, mas sem o que ela não seria aparência (Alves, 1987). Nessa dimensão, o sistema novo de articulação do banco tanto a nível de AGF e EGF, empréstimos para investimento e empréstimo para custeio, tinham como objetivo inserir novas relações de produção a partir da monocultura da soja, no processo produtivo agrícola. Os agricultores, aos poucos, na corrida desenfreada aos bancos, foram-se inserindo numa dimensão nova de produção, sendo minados externa e internamente pela influência do capital monetário e industrial.

“É tipo uma engrenagem, né. Tem que estar funcionando perfeito. (...). Tu vê, se não pegamos financiamento, não temos condição de botar o que precisa. O pouco que dá é lucro, tá certo, mas se trabalha, se desgasta as máquinas e a terra prá pouco. A produção (produtividade) é baixa. O financiamento exige uma cobertura completa, a gente fica maneado sempre, né. O problema é o juro. (...). Eu sempre peguei financiamento (...) a dor de cabeça não pára. O juro come, né. Esse que é o problema”. (A.S., em 06/12/92)

Até o início dos anos 80, segundo os agricultores entrevistados, essa “engrenagem” funcionou. Posteriormente, a relação ficou mais complicada. O esgotamento do solo, o desequilíbrio biológico (provocado pelos insumos e agrotóxicos), as crises econômicas seqüentes, as conseqüências sociais e ambientais da monocultura, entre muitas outras, provocaram mudança no sistema de relação governamental ligado à agricultura. Mesmo porque a crise financeira que o país atravessou e que atravessa, induziu a uma modificação estrutural na produção e na própria comercialização da soja. Os juros, não o financiamento, passaram a dificultar a relação. As altas taxas de inflação, somadas as retiradas cíclicas dos subsídios governamentais aos juros, promoveram a bancarrota de muitos produtores no município. Na opinião de um líder sindical do município,

“... isso fez com que só os bem aparelhados ficassem na terra. Os bancos hoje não dão financiamento para qualquer um. Uma base de 3, 4, no máximo 5 produtores por comunidade conseguiram PROAGRO ano passado (1991). Esse ano ainda tá compensando. É 9% mais a TR. Não é uma quota alta. Desviar o dinheiro não dá mais, porque o rendimento é inferior ao juro. O ano passado não dava, era a inflação mais juro de mercado. Mesmo porque o governo não tem interesse numa política de financiamento e custeio que favoreça o que tem pouco capital de giro. Têm muitos produtores que estão plantando ‘por conta’, agora têm muitos também que estão se desfazendo da lavoura (...). Se o governo não definir uma política agrícola coerente com a necessidade do pequeno agricultor, muita coisa ruim vai ainda aparecer.”

Isso fica evidenciado na tabela 4, ou seja, nos últimos anos (88 em diante), devido às altas taxas de juros, os agricultores vêm diminuindo sua articulação com o banco.

TABELA 4: Financiamentos do Banco do Brasil aos Produtores das Principais Culturas em Marau 1985-1990

Safrá	CULTURA DO MILHO		CULTURA DA SOJA	
	ÁREA (ha)	Nº de CONTR.	ÁREA	Nº DE CONTR
85/86	8.537	1.211	38.011	1.675
86/87	14.237	1.400	32.311	1.485
87/88	8.000	1.200	38.000	1.600
88/89	4.614	S.I	34.166	SI
89/90	S.I	S.I	SI	SI
90/91	2.856	223	7.968	248

(SI): sem informação

FONTE: Banco do Brasil/ Agência de Marau - 1991.

A tabela 5, mostra a preponderância da cultura da soja (tanto no valor como em número de contratos) e, como não poderia ser diferente, numa região caracterizada essencialmente por pequenos produtores, os mesmo é que demandam mais financiamento⁽¹²⁾.

Na realidade, devido aos preços e à baixa produtividade, o produtor não tem condições de repor os custos; nesse caso, a necessidade do banco é impreterível. O comportamento econômico do pequeno produtor é regido pela aversão ao risco, assim como havia afirmado Schultz (1965). A ausência de retorno econômico de um ciclo produtivo frustrado ou de um lucro abaixo do médio só pode ser repostado pelo crédito financeiro.

TABELA 5: Número de Contratos e Estrutura Fundiária Referente as Três Principais Culturas de Marau - Safra 90/91

CULTURA	Número de Contratos			Área das Propriedades (há)		
	PEQ.	MÉD.	TOTAL	PEQ.	MÉD.	TOTAL
TRIGO	143	21	164	2.666	1.185	3.851
SOJA	244	4	248	7.463	505	7.968
MILHO	222	1	223	2.826	30	2.856

FONTE: Banco do Brasil/ Agência de Marau - 1991.

A intervenção do Estado passa a ser, paradoxalmente, a “salvação”. A acumulação ou a capitalização é pensada como o resultado da intervenção das políticas estatais. Os pequenos produtores que “arriscam” plantar “por conta” esperam, unicamente, na

⁽¹²⁾ Mesmo com o fato de haver preponderância da categoria de pequenos proprietários nos financiamentos adquiridos, há uma seletividade, mesmo entre eles; são raríssimos os que conseguem, o mesmo se diz para o PROAGRO, só os “bem aparelhados”, mesmo entre os pequenos.

produção repor os elementos necessários à continuidade do processo produtivo posterior. Vêem-se “livres” das preocupações bancárias, porém, se houver uma quebra de safra, não têm a quem recorrer, a não ser a eles mesmos. Na opinião de alguns desses produtores “autônomos”, o banco é um mal necessário.

Apenas preferem plantar sem ele, por acharem que o mal é maior que o necessário. “A gente mantém, pelo menos, o que tem, né. Se tem sempre esperança, né. (...) Agora, vendê a terra, não”. A idéia de que se perde a terra por não poder pagar ao banco, deriva de uma suposição anterior de que o endividamento é algo “externo” à vida rural, como se o funcionamento de uma propriedade pudesse prescindir desse fator. Acredita-se que a situação é mais complexa. Ela serve, muitas vezes, enquanto elemento de racionalização de uma situação de amplitudes maiores. Muitas vezes, há toda uma onda de motivação ao urbano, ou a impossibilidade de remunerar os próprios fatores de produção que o processo de modernização da agricultura exige. Não se pretende isentar, por completo, o banco desse processo, muito menos, afirmar que o mesmo (enquanto expressão do capital intervindo na agricultura) não extrai renda do produtor. O que se está querendo dizer, é que não dá para reduzir a venda da propriedade à dívida bancária exclusivamente. Ela pode servir enquanto elemento racional de explicação do produtor ou de barganha política de grupos que defendem a autonomia do produtor frente ao mesmo. A relação é mais ampla. O interesse do capital bancário é intervir sobre o processo produtivo como forma de legitimar, pelo consenso, sua influência sobre o camponês. É a tentativa de ganhar hegemonia, poder e legitimação em relação ao trabalho. O interesse do capital é fazer o produtor se relacionar com a terra, tornando-se dependente dele. Martins (1983: 176) expressa bem essa nova articulação:

“O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco(...). Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco, anualmente, o juro dos empréstimos que fez, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com os empréstimos, mas a terra. Por esse meio, o banco extrai do lavrador a renda da terra sem ser o proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário real a proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital em que além de ser o trabalhador é também de fato arrendatário. Como sua terra de trabalho não é terra utilizada como instrumento de exploração de força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista; o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura do tipo camponês. Por isso a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para

os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas”

O produtor não é contra o financiamento, é contra o juro abusivo que o expropria, impedindo-o de se capitalizar ou mesmo de recuperar a depreciação das máquinas e da terra. Além do mais, o banco simboliza atrelamento. É a dívida, a relação por dívida⁽¹³⁾.

Percebeu-se que o banco prioriza sua articulação através da valorização do e no espaço econômico. A condição de espaço econômico valorativo é critério de absorção de financiamento bancário. Nesse movimento de transformação fetichizada (D-D'), o dinheiro,

“pelo simples fato de poder ser capital, de cair nas mãos de um comprador da força de trabalho, assume a propriedade extraordinária de demandar juros, em qualquer tipo de empréstimo, unicamente em virtude da oportunidade, que de fato nem sempre existe, de vir a ser um investimento produtivo. O capitalista não é apenas proprietário do dinheiro, de uma parte alíquota do valor social, mas ainda da propriedade muito particular de multiplicar-se.” (Gianotti, s.d.: 76)

No caso específico de Marau, o pequeno produtor familiar tem uma outra opção de crédito para financiamento da safra que é a CREDIMARAU. É um sistema de crédito próprio, baseado na quota capital e nos depósitos dos associados, o qual, em essência, não se diferencia muito do sistema financeiro público. A Cooperativa vem, a cada ano, estruturando seu sistema de crédito a fim de ampliar o número e o montante monetário disponíveis de financiamento ao produtor⁽¹⁴⁾,

“...estamos tentando atrair o agricultor ao crédito da Cooperativa (...). Queremos ser uma alternativa para o agricultor nessa situação tão difícil que está passando” (Gerente da Carteira de Crédito).

⁽¹³⁾ É evidente que o banco prioriza os produtores mais bem aparelhados mecânica e tecnicamente. Em primeiro lugar, pelo volume maior da produção/produktividade colhida; em segundo lugar, pelos trâmites burocráticos e a deficiência de pessoal disponível para a fiscalização; em terceiro lugar, pelo fato do montante de crédito não cobrir todos os pedidos, a prioridade é dada aos seus clientes tradicionais. Dessa forma, o banco garante apenas a alguns a safra presente e futura. Na opinião de alguns produtores, o fato de não obter financiamento, o seu nível de capitalização não evolui. Os altos custos de produção fazem com que os produtores não “contemplados” reduzam a utilização de insumos, o que refletirá sobre a produtividade, comprometendo, em muito, a safra futura.

⁽¹⁴⁾ Conforme dados da carteira de crédito da COOPEMARAU, em 1985, foram financiados 554 produtores, totalizando 6.054 ha, sendo a cultura da soja a que absorveu maior volume: 4.970. Nos últimos anos, devido as altas nos juros e a relatividade nos repasses de recursos, houve uma diminuição considerável no montante financiado. Em 1990, por exemplo, foram financiados apenas 3.320 ha, correspondente a 292 produtores. A soja, neste ano absorveu 2.022 ha. A tabela abaixo mostra que há um número significativo de produtores que adquiriram crédito para as culturas de soja e milho.

A partir dessas breves colocações, percebe-se que o agricultor da região luta, para ter autonomia frente ao sistema de crédito, mas ao mesmo tempo, sente-se incapaz de fazer frente a um processo produtivo independente. A necessidade de reposição dos pressupostos da produção, com projeção de uma certa margem, de lucro o instiga para o contato com o sistema de crédito financiado. A existência de tal sistema, principalmente, para o plantio da soja, faz o pequeno produtor inserir-se numa articulação de difícil decisão. As margens de incertezas, a descapitalização contínua e a parca mobilidade de opções obrigam-no a, teoricamente, não se vincular ao sistema de crédito financiado. O processo, no entanto, como um todo, na prática, promove a adesão. Inúmeros agricultores disseram que estão buscando subsidiar frustrações de safras de soja na mesma unidade produtiva. Ou seja, em vez de adquirir empréstimos, buscam intensificar a força de trabalho em produtos diversificados, injetando desses valores, compensações não adquiridas pela safra da soja.

3.2 Os Produtos Diversificados

Conceitua-se produção de diversificados (ou auto consumo) os produtos que são produzidos aleatoriamente, fundamentados na categoria tempo e consumo produtivo e/ou improdutivo, determinados pela existência ou não, de fatores de produção (terra, força de trabalho e força mecânica)⁽¹⁵⁾. Isso acontece, em grande, parte devido a fatores de preço. As conjunturas de quebras de safras, somadas illogicamente por preços baixos, fazem com que o processo de diversificação se intensifique; do contrário, pode parecer até paradoxal, mas é dificultada a acumulação, pois estando em alta a economia de excedente, a diversificação pouco ou nada acontece.

Esse processo de diversificação carrega consigo uma conotação simbólica de autonomia frente às determinações industriais e de mercado. A aparente autonomia, como eles dizem, - “se vende quando quer” - é forma equivalente de fatores de mercado, principalmente o preço. Constatou-se que o preço favorável faz determinar a coloca-

⁽¹⁵⁾ São produtos circunstanciais, considerados por alguns, como meios de vida. A unidade produtiva familiar não possui uma estruturação a priori para viabilizar essa economia interna. Ela surge a partir da necessidade de consumo, da determinação presente das condições nas quais operam as unidades de produção familiar, ou mais precisamente enquanto fator de reposição dos pressupostos da produção, debilitados pela não obtenção do excedente da cultura da soja; ou simplesmente enquanto fator de potenciação da força de trabalho ociosa na unidade familiar. Acredita-se que essa articulação da produção de meios de vida e sua expressão consequente (aplicação da força de trabalho) expressa formas e direções de desenvolvimento específicas (sem o intuito de aproximá-las à análise chayanoviana da “diferenciação”), onde o tamanho da família (total de força de trabalho aplicável e de consumo) e a proeminência de suas necessidades (econômicas e de consumo) determinam a avaliação produtiva. É um processo interno, não resta dúvida, baseado também, em fatores externos, tais como o movimento da demanda, a oferta de preços, que o condicionam.

ção do produto no mercado, em detrimento ao consumo improdutivo. Nesse sentido, (em ocasiões específicas) é difícil a diferenciação do que seja produto de autoconsumo e comercial. O importante é perceber que não são as quantidades produzidas nem os tipos de produtos (exceção à soja) que determinam sua conceituação (ou destinação) comercial ou autoconsumo. É indubitável que, numa economia mercantil simples, onde o processo se dá no movimento M, D, M', tudo ou quase tudo carrega, em si, a intencionalidade objetivadora da mercantilização.

A produção de trigo, por exemplo, frente o alto custo da farinha, é produzida para trocar "in natura" por esta.⁽¹⁶⁾ O milho, que, a priori foi orientado para a venda, numa possível quebra de safra, pode servir para o consumo tanto improdutivo quanto produtivo⁽¹⁷⁾. Acredita-se que o processo é uma relação. Relação essa que tem seu móvel, sua determinação na cultura da soja. Por ter sido estruturada para produzi-la, a unidade familiar de produção, preenche espaços vazios, cria-os, amplia-os no dinamismo do movimento simples da mercadoria. Nesse sentido, serão analisados alguns produtos⁽¹⁸⁾ que fazem parte dessa relação, bem como sua vinculação com o comércio e o comerciante.

3.2.1 Elementos que envolvem a produção e a comercialização do leite

O leite é um produto presente em todas as unidades produtivas. Ele envolve um emprego contínuo de força de trabalho. Nas médias unidades acontece a diversificação com o emprego de capital, expresso em bens de produção e tecnologia. Nas pequenas unidades, o processo é outro. Não há investimentos significativos em torno do produto. O leite, em primeiro lugar, serve para fazer queijo. Esse, por sua vez, excedendo o consumo doméstico, também é comercializado. A comercialização é feita na própria unidade ou na cidade⁽¹⁹⁾. Em algumas unidades, a falta de mão-de-obra, a intensidade

⁽¹⁶⁾ Na safra de 91, houve um descontentamento generalizado por parte dos produtores do município. O excesso de chuvas ocasionou perdas na produção. A grande maioria dos produtores que haviam destinado o produto para a comercialização tiveram que suprir os gastos com outros produtos. O trigo não pode ser trocado nem por farinha, pois devido à péssima qualidade do produto, o produtor recebia 8 kg de farinha por uma saca de 50 kg de trigo. Alimentavam-se os porcos com o produto, podendo, assim, poupar ração e milho.

⁽¹⁷⁾ Essas situações, acredita-se que sejam explicativas do fato de que alguns produtos nem sempre são produzidos. Percebem-se unidades familiares que plantaram cebola para comercializar durante três anos consecutivos; pararam dois e, nos últimos dois anos, aumentaram mais a produção do que naqueles três consecutivos. Outras unidades expressam essa decisão de produzir também com outros produtos.

⁽¹⁸⁾ Foram selecionados, para análise, dois produtos: o leite e a cebola, devido a sua representatividade no Município.

⁽¹⁹⁾ No município, há um comerciante que passa pelo interior a cada dez ou quinze dias e "recolhe" todo o queijo que se destina ao mercado. Esse mesmo comerciante revende o produto em Porto Alegre. Na época da pesquisa (novembro e dezembro de 92), o produtor recebia Cr\$ 15.000,00 por quilo; em PoA o mesmo era revendido à Cr\$ 38.000,00. "É melhor vender para o cara da camionete, pelo menos não nos incomodamos, né. É seguro. Temos a vantagem de não precisar levá-lo até a cidade. Se não fosse ele (o de PoA), nós teríamos queijo apodrecendo".

de trabalho em outras atividades, a praticidade da tarefa, entre outras causas, contribuíram com a opção pela venda do leite.

O produtor recebe, segundo dados dos próprios produtores, 40% do valor comercial do produto; 50% vai para a empresa e os 10% restantes são descontados em frete e e destinados ao FUNRURAL⁽²⁰⁾.

O produtor de leite tem plena autonomia para deixar de produzir ou, até, ao contrário, de produzir mais. Não há exigências explícitas, nem contratuais que orientam essa relação.

Constatou-se que não há, em meio aos agricultores, um incentivo maciço a essa produção. Os produtores plantam pastagens após a colheita da soja e do milho. Nesse período, há um aumento na produção de gado. O pequeno agricultor busca adequar as condições naturais à produção. Ele sabe que se mantiver um número elevado de cabeças de gado no pasto, durante o período do ciclo da soja e do milho, terá que subtrair a área de plantio dessas culturas, para substituí-las por pastagens, o que, de certa forma, segundo o agricultor, não é compensatório.

A disponibilidade de força de trabalho no período de entressafra possibilita uma canalização maior dessa mesma força em produtos diversos. Já não se trata de substituir mão-de-obra por capital, mas sim, de gerar mais capital (capitalização) com o emprego tradicional da força de trabalho⁽²¹⁾. Por ser uma produção residual, não contempla investimentos elevados, mesmo porque não há condições. O produtor é vítima de uma troca desigual dos preços de seus produtos (soja e milho) e isso o obriga a recorrer, constantemente, a outras formas de produção mercantil para cobrir as demandas necessárias à reprodução familiar. São as chamadas “forças marginais” (numa linguagem de Tepicht, 1969) que buscam transformar produtos de auto subsistência familiar em objetos de circulação mercantil. Tepicht, em outra obra (1973) diz que

“Dans la plupart des fermes paysannes d` Europe l` essentiel des travaux des champs es assuré par le chef de famille et par les membres de la famille en pleine force. Par contre, le service des étables, des porcheries et de la basse-cour est assuré surtout par le travail à mi-temps des femmes, enfants, vieillards, plus les marges de temps disponibles du chef de la ferme. On pourrait les appeller aussi non transférables puisque la même famille, des qu` elle quitte son exploitation agricole n` a plus recours à ces forces pour assurer sa subsisten-

⁽²⁰⁾ No primeiro momento da pesquisa, os produtores de leite estavam reivindicando junto aos empresários do setor uma maior remuneração para o produto e um encurtamento do tempo de recebimento do dinheiro que, até então se procesava após 50-60 dias da primeira entrega do leite.

⁽²¹⁾ Foram encontrados inúmeros produtores que diversificam com capital e que não produzem queijo nem para o consumo interno. Dizem alguns que o leite produzido pelos alimentos à base de produtos químicos produzem queijo “sem gosto”, é melhor comprar.

ce. Mais tant que, pour une raison ou une autre, la famille paysanne n`a pas d`alternative, force lui est d`accepter pour son travail un revenu "marginal" que complète son minimum d`existence".(Tepicht, 1973: 37-38)⁽²²⁾

Nesse sentido, a pequena unidade de produção familiar mantém o produto de autoconsumo, mas tenta introduzi-lo à dinâmica comercial. No processo da dinâmica comercial de seus produtos, a pequena unidade familiar dá para a sociedade um trabalho gratuito, despendido nos momentos em que considera de "folga". A produção da cebola é mais expressiva dessa dimensão.

3.2.2 Produção e Comercialização da Cebola

A produção de cebola, destinada à comercialização não tem mais de uma década na região. Ela é cultivada essencialmente em pequenas unidades familiares. Por envolver, no seu processo produtivo, basicamente, força de trabalho manual, ela só é desenvolvida comercialmente em pequenas unidades que têm força de trabalho disponível. O cultivo especializado da cebola não dispõe de processos técnicos avançados. O preparo da terra é feito com tração animal (o trator torna espaços de terra compactada, de difícil uso posterior para o referido cultivo), e o plantio das mudas faz-se manualmente, assim como a capina e a colheita. Os canteiros são devidamente preparados com adubação orgânica. O plantio das mudas se dá, segundo informações de um produtor, no máximo 60 dias após a semeadura. São abertos sulcos de 10 a 15 cm entre um e outro, e as mudas são colocadas dentro, de forma que as raízes são cobertas com um pouco de terra. O produtor aproveita, basicamente, para esta tarefa, o tempo disponível após uma chuva (ou durante a mesma), oportunidade em que a terra está molhada, facilitando a abertura dos sulcos. "...ah! a cebola nós plantamos sempre um ano mais um ano menos, depende de como vão as coisa, né.(...). Diversificamos as plantas prá dá um pouco mais, né. Se vamos esperá só prá soja, não se sobrevive. Colono hoje tem que diversificar". Por ser um produto altamente perecível, deve-se ter um cuidado intenso. Quando os bulbos começam amadurecer (murchar) atestam a possibilidade de colhei-

⁽²²⁾ "Na maior parte das fazendas rurais da Europa, o essencial dos trabalhos nos campos é garantido pelo chefe da família e pelos membros dessa com capacidade produtiva. Em compensação, o serviço dos estábulos, dos chiqueiros e do galinheiro é assegurado, sobretudo, pelo trabalho em horário parcial das mulheres, das crianças, dos velhos, juntamente com a margem de tempo disponível do proprietário da fazenda. Poderiam ser chamados intransferíveis, já que a mesma família, a qual desde que abandonara seus afazeres agrícolas, não possui mais recurso de forças para assegurar sua subsistência. Mas até que, por uma razão ou por outra, a família camponesa não tiver alternativa, é forçada a aceitar, por seu trabalho, um rendimento 'marginal' que completa seu mínimo de existência". (trad. nossa)

ta. A maioria dos agricultores aproveita esse período precoce para a colheita, pelo fato de cebola reter, nessa ocasião, ainda muita umidade, favorecendo-lhes no peso⁽²³⁾.

O produtor de cebola tem autonomia no processo produtivo. As decisões de como, quando, quanto e onde plantar, são exclusividade do camponês.

“Como se trata de culturas que exigem cuidados especiais, o modo de efetuar cada operação é fundamental para se alcançar determinados níveis de produtividades. Depende, portanto, do trabalhador (e não do capital), de sua habilidade, destreza, de sua vontade e esforço, os resultados materiais da produção. As máquinas, ou melhor, o capital materializado em máquinas, não conseguiu ainda impor o modo de trabalhar ao trabalhador, isto é, este ainda não está subordinado realmente ao capital, como disse Marx. A “família”, portanto, enquanto permanecerem essas condições técnicas de produção, supre sua ausência”. (Loureiro, 1987: 110)

A produção vem obtendo quedas sucessivas (Tabela 6), quer em área, quer em produção. A terra gasta ou inapropriada, as importações e seu conseqüente preço baixo estão desmotivando o pequeno produtor. O rendimento médio (kg/ha), por exemplo, de 1990 em relação a 1980 é 50% inferior.

Devido à parca terra apropriada para o cultivo da cebola, a alternativa que resta é trabalhar, em conjunto com outros produtores, seja na forma de parceria ou de arrendamento. O que mais se evidencia é a parceria. O dono da terra vermelha participa, além desse meio de produção, com a força de trabalho da unidade. O produtor parceiro tem um peso na aplicação da força de trabalho tanto no cultivo dos bulbos, como no processo do plantio, no cultivo e na colheita da produção. A divisão dos rendimentos se dá “as meia”. Nesse processo, não dá para dizer que há nitidamente exploração do dono da terra em relação ao parceiro, pois em primeiro lugar, não há força de trabalho assalariada, nem investimentos monetários adiantados seja por parte dos bancos, ou para pagamentos de outras despesas. O produtor-proprietário da terra participa do processo não pelo fato de absorver uma renda da terra, mas pelo fato de amenizar o trabalho da própria unidade⁽²⁴⁾. Acredita-se que, acima de tudo, é uma relação

⁽²³⁾ Na opinião de alguns produtores, essa estratégia não se evidencia mais, devido ao fato de o Governo Federal importar o produto da Argentina, abastecendo o mercado regional, a preços mais compensadores. Esse processo desincentiva o produtor. É o que diz seu A.L.”...o Governo em vez de ajudar, atrapalha. Antes, nós competíamos com São Paulo, agora com estrangeiro”.

⁽²⁴⁾ Na opinião de Loureiro (1987), a parceria é vista como uma das alternativas que o capital encontrou na agricultura para ampliar o processo de produção em geral. Identifica esse processo como uma forma específica do capital de movimentar no campo. O presente estudo não apresenta isso. A plantação de cebola só acontece pela inexistência do fator “terra apropriada”. Se não houvesse a possibilidade da produção em parceria, de forma alguma se poderia cogitar que elementos dessas unidades fossem assalariar-se nesse período. Portanto, não dá para reduzir única e exclusivamente ao movimento do capital no campo (comparado ao assalariamento), enquanto fator de subordinação do trabalho ao capital, passando pelo seio da unidade familiar.

econômica que visa a potencializar a força de trabalho de ambas as partes, com o intuito de obter um rendimento econômico.

A cebola é um produto de limitada duração em condições de aceitabilidade. Ou ela é vendida recém colhida, ou então, terá de ser classificada sob a forma de réstia. Abre-se, aí uma brecha para a atuação do comerciante, que busca fazer “o negócio”, à noite, pois o produto “frio” terá de ser levado para a cidade em momentos “que os cara não te pegam”.

Três são as formas de venda do produto: ao consumidor direto, ao comerciante dono do varejo e ao comerciante atravessador, que pode ser produtor ou não. No primeiro caso, o produtor tem um poder de barganha maior, pois, além de dispor de condições de “especular” melhor o mercado, efetua o contato diretamente com o revendedor varejista ou com o consumidor e tem possibilidade de manipulação de preço. Viu-se que alguns produtores têm colocação garantida de seu produto num mercado monopsônico da cidade.

TABELA 6: Produção de Cebola no Município de Marau 1980-1990

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t.)	REND. MÉDIO (kg/ha)
1980	200	1.200	6.000
1981	83	473	5.699
1982	205	1.168	5.698
1983	240	480	2.000
1984	240	720	3.000
1985	240	700	2.800
1986	389	672	2.800
1987	250	600	2.400
1988	250	750	3.000
1989	150	450	3.000
1990	120	360	3.000

FONTE: Produção Agropecuária Municipal (PPM) 1980 -1990.

No segundo caso (venda ao comerciante na própria unidade produtiva), o processo é mais complicado. O preço do produto é definido pelo movimento da oferta e da procura do mesmo. A perecibilidade do produto, a existência de importação tornam-se elementos fundamentais na decisão da venda e do preço. Ambos provocam queda deste. Em contrapartida, o preço não pode ser tão baixo à ponto de inviabilizar a colheita.

“É fundamental, portanto, que os atacadistas tenham o que se chama “visão de mercado” isto é, que descortinem como direcionar a tendência do preço, antecipando e prevalecendo-se de baixas ou de altas em função do excesso ou escassez do produto, não só do mercado regional, mas também no nacional. É essa visão de mercado que, aliada ao capital relativamente elevado, possibilita ao comerciante crescer e expandir seus negócios, aproveitando oscilações de oferta e procura, acionando táticas como: acautelada estocagem de mercadorias em momentos de tendência ascensorial do preço ou a desova rapidíssima até estoques nos momentos contrários” (Loureiro, 1987: 120)

Deve haver, nessa relação, um ponto de equilíbrio que possibilite condições de permanência de ambos os lados.

Presenciaram-se situações de venda de cebola a donos de supermercados de Passo Fundo⁽²⁵⁾, em que se constataram as dificuldades que os produtores têm de barganhar melhores preços. O comerciante vai ao encontro do produtor munido de informações precisas, tanto a nível de preço como de consumo e mercado. O produtor é o dono da mercadoria transacionada, porém sofre a pressão da necessidade monetária e da perecibilidade do produto. O argumento maior do produtor é que o comerciante ganha demais, “eles ganham mais do que nós que trabalhamos mês e mês debaixo de chuva, geada, frio..., só prá vender!”. O comerciante não se move por simpatia, sentimento de dever, e sim, por uma ação interessada. A lógica de sua existência é promover o movimento da mercadoria, objetivando a auto-expansão do capital. Esse é o fim. Os meios legitimam-se, são justificados por aquele. O negócio é um jogo. O camponês isolado não tem tanto poder de barganhar. Assim, o comércio alimenta-se por esse jogo, que, em tese, busca estabelecer rupturas precisas entre a esperteza e a desonestidade. O que está em jogo é o lucro. É a dimensão da riqueza monetária. Como dividir o lucro em duas partes? Parte-se do pressuposto que ambas podem e devem lucrar. O problema é quanto lucrar⁽²⁶⁾. Nesse jogo de dissimulação do preço, esconde-se o montante do lucro, o quanto cada um deve ganhar. O comerciante tem a capacidade de ocultar informações e de introduzir argumentações que anulam e que escondem seus objetivos e intenções. O produtor vê-se impedido até de “jogar” com o argumento de ser dono

⁽²⁵⁾ Como o mercado de Marau é restrito, há produtores que vinculam seu produto no comércio de Passo Fundo. Pelo fato de o comércio de Passo Fundo ser mais distante, os comerciantes barganham preços baixos. Por isso a grande maioria dos produtores preferem esperar “esvaziar as preteleiras” em Marau para colocar lá seu produto. A venda, em Passo Fundo, só acontece diante da impossibilidade de colocação do produto em Marau.

⁽²⁶⁾ A expropriação do camponês se dá, fundamentalmente, pela estrutura de comércio. No ato da comercialização, o produtor se vê reduzido, premido pelo comércio e por suas leis. É nesse momento que ele insere a mercadoria no processo de circulação e, também julga-se impotente perante os elementos que norteiam os mecanismos de mercado.

do produto. Ele é obrigado a se curvar diante do mercado, não do produto. O jogo é nesse campo.

“... a troca mercantil põe em contato dois indivíduos, e cada qual tem necessidade de recurso possuído pelo outro, explicitamente, claramente. Por isso mesmo a barganha, que também é uma troca retórica de palavras e gestos, visa ocultar o real objetivo de cada parte, a necessidade do recurso do outro e a sua disponibilidade de recursos a serem oferecidos. (...). A ‘honestidade’ da outra parte não pode ser posta em dúvida durante a barganha, sob pena de poder aniquilar a troca mercantil. A ‘honestidade’ não se avalia no momento da troca, mas pelo que em outros momentos acontece, pela comparação das trocas mercantis feitas simultaneamente ou posteriormente, e de que não se tem conhecimento ao realizá-la” (Garcia Júnior, 1989: 165)

Portanto, percebe-se que o oculto da relação (objetivo real) é que faz acontecer a transação. O comerciante, pela manipulação de informações, consegue obter ganhos exorbitantes, tanto pela visão mercadológica (qualidade, preços, demanda) como também pela retórica.

A terceira forma de venda (vender para outros produtores), por sua vez, é pouco evidenciada na região. Ela se apresenta em situações onde não há mais compradores. Ou então, nos momentos em que o produto está no final, não compensando levá-lo até a cidade. Nessa venda, o produtor praticamente não ganha nada. Em primeiro lugar, porque vende abaixo das condições médias de preço de mercado; em segundo porque, pelo fato de esperar melhores condições de mercado, já perdeu peso e muito da produção apodreceu, não havendo recíproca entre o aumento de preço e as perdas; e, por último, pelo fato de estar vendendo para um terceiro que, por sua vez, também venderá para um comerciante, reduzindo, assim, a margem de lucro de ambos.

As três formas de comercialização do produto apresentadas expressam o dinamismo que a produção diversificada, sem grande emprego de capital, reserva para si. A produção de cebola é uma produção para o mercado. Ela acontece pela possibilidade de aplicação da mão-de-obra em tempos de ócio. Colabora significativamente para a reprodução da unidade familiar, tanto no aspecto econômico como na aplicação da força de trabalho da unidade.

Destarte, a produção de diversificados, mesmo sendo destinadas, na quase totalidade, ao consumo produtivo (vender para comprar ou recompor os pressupostos da produção), são produtos produzidos aleatoriamente. Essa prática é uma condição dependente da produção principal. Ela expressa o grau de dependência da unidade produtiva familiar em relação à soja e, essa, ao mercado. Autonomia e dependência são relações (processos de produção) que se dão a partir da funcionalidade com o merca-

do. Embora produzindo com baixa produtividade, a produção da unidade familiar significa a solução de um problema político e social para o capital; é preferível que se produza qualquer coisa a não produzir nada.

Essa mesma baixa produtividade faz com que as unidades de produção familiar não constituam um entrave ao desenvolvimento do capital. O capital (expresso pelos comerciantes e pelos industriais) que, não tendo condições de expropriar na totalidade a força de trabalho assalariada do camponês, apropria-se do produto do trabalho na forma diversificada, via comercialização do mesmo, com custos baixíssimos de composição orgânica do capital, devido à aplicação intensiva da força de trabalho da unidade familiar. Pela lógica, o preço desses produtos teriam que ser repassados ao consumidor a preços acessíveis. Na realidade, isso não ocorre. E somente ocorreria, se houvesse um ambiente de competitividade, acesso a informações, funcionamento pleno dos mercados, desestruturação do poder dos comerciantes, os quais acabam absorvendo a maior parte do “bolo” proveniente do excedente camponês. Nesse sentido, a agricultura é obrigada a conviver com um mecanismo de transferência de renda que se concentra nas mãos de poucos “atravessadores” no espaço urbano e a tolerá-lo.

4 CONCLUSÃO

Dado que o objetivo desse trabalho, no seu eixo condutor, foi o de analisar alguns elementos que expressem as formas, os mecanismos, as estratégias expressivas da viagem da unidade familiar na busca de sua reprodução, inserida no processo de modernização da agricultura, algumas situações conclusivas podem ser evidenciadas.

A análise exploratória deu conta que a unidade familiar de Marau busca, de todas as formas, dar funcionalidade econômica ao seu processo produtivo. Percebe-se que, na sua relação, principalmente com o capital urbano, há a criação e a recriação de situações especiais para sua produção e reprodução. Nessa ótica, abrir e fechar espaços é próprio da presença dessa categoria de produtores sob o modo capitalista de produção, o qual, baseado na realidade empírica evidenciada, tudo parece indicar que não os considera, na totalidade, inaceitáveis companheiros de viagem. Nessa dimensão, o capital (localizado, principalmente, no espaço urbano) não opera de uma forma equitativa, nem homogênea, mas apresenta-se materializado nas diferentes especificidades da produção do camponês. Por extensão, a sobrevivência da pequena unidade familiar no campo apresenta-se, no bojo das teorizações mais conhecidas sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, como um dado discordante. Inúmeros trabalhos prevêem a proletarianização do camponês frente à dinâmica do capital, caracterizando um

processo de diferenciação camponesa. No entanto, constatou-se que a pequena produção familiar sofre rupturas e redefinições constantes devido, em muitos casos, a problemas de insuficiência de terras, em relação à força de trabalho e aos meios mecânicos e técnicos de produção. Mas, esse processo não promove a extensividade do trabalho de membros ou da própria unidade (assalariamento no campo ou na cidade), muito pelo contrário, por mais paradoxal que seja, dado ao alto índice de capitalização em máquinas, em vez de liberar mão-de-obra, concentrou mais. Como se viu, a unidade encontra mecanismos internos de alocação da força de trabalho em produtos diversificados (autoconsumo ou para o mercado).

Além disso, percebeu-se que a lógica que embasa as relações econômicas dos pequenos produtores de Marau, mesmo em grande parte, expropriados pelos comerciantes, industriais e bancos, é a da produção e circulação mercantil simples. Esse movimento de relação econômica e estratégia social, provocados pela modernização da agricultura, orienta situações, onde a própria unidade de produção se vê obrigada a aglutinar ou absorver, flexibilizando-se e redefinindo-se frente ao modo de produção capitalista.

Constatou-se que as pequenas unidades de produção familiar do município são profundamente sensíveis ao processo moderno-tecnológico adotado na agricultura brasileira, pós década de 70, bem como sua racionalidade expressa na capacidade de gerenciamento do ato produtivo e da dimensão mercadológica, com todas as consequências embricadas nesse processo.

É importante que se ressalve que os pequenos produtores do município, como consequência do modelo adotado, são ainda profundamente dependentes da cultura da soja. De outro lado, viu-se que a cultura de diversificados está ganhando espaços no processo econômico. Assim a cultura do milho, que, segundo análises econômicas recentes tem demonstrado vantagens comparativas relativas em relação aos demais países do MERCOSUL, nos últimos anos, está ganhando confiabilidade dos pequenos produtores. Considera-se, no entanto, a necessidade de uma política agrícola que contemple preços, pesquisas, subsídios, mercado ao pequeno produtor, no que tange a essa cultura, principalmente.

Em termos analíticos, há uma crise de paradigmas explicativos da categoria analítica “campesinato”. A própria crise, ao mesmo tempo, abre espaços para o conhecimento da vitalidade e da multiplicidade nas especificidades das formas expressivas dessa economia camponesa. Nesse aspecto, novas abordagens começam a se fazer presentes. Estudos recentes, em nível de país, mostram, nas suas especificidades, a tendência da permanência e da redefinição do camponês, na sua constante vinculação ao

processo agroindustrial. Está-se, ainda, no início de uma caminhada nova do processo explicativo e de novas tendências que se apresentam na agricultura camponesa. Novas pesquisas, novas realidades, novos objetos e processos sociais rurais fornecerão elementos capazes de introduzir novos paradigmas, confirmar e/ou reformular os já existentes.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P. "A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira". In: Ensaios FEE. Porto Alegre, 1990.
- ALVES, A. Estado e ideologia: aparência e realidade. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERTRAND, J. et alii. O mundo da soja. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- BRUM, A. A modernização da agricultura: o trigo e a soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CONCEIÇÃO, O. "A expansão da soja no RS, 1950-1975". In: Ensaios FEE. Porto Alegre, 1986.
- GIANNOTTI, J. A. Trabalho e reflexão. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. "Formas de sociabilidade capitalista". In: Estudos CEBRAP. São Paulo, s.d.
- LECRERQ, V. "Crises e perspectivas da economia da soja no Brasil". In: Desenvolvimento e crise do cooperativismo empresarial no RS - **1957 - 1984**. Porto Alegre, 1985.
- LENIN, V. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. Moscú. Ed. Progreso, 1979.
- LOUREIRO, M. R. **Terra, família e capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **Parceria e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- MARTINE, G. "**Fases e faces do processo de modernização da agricultura**". UNICAMP, 1989. (mimeografado).
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo, Difel, 1985. Livro 1, v. 1.
- MORAES, A. E COSTA, W. **A valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- PROCÓPIO FILHO, A. "Fome e fartura". In: **Revista Brasileira de Tecnologia**. São Paulo, V. 16, N 4, P. 6, 1988.
- SCHULTZ, T. **A transformação na agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- TEDESCO, J. C. "**Pequena produção e agroindústria**". Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1992 (Mimeografado).

TEPICHT, J. “Les complexités de l’économie paysanne”. In: **Information sur les sciences sociales**. Paris, 1969. pp 51-57.

ZOCKUN, M. **A Expansão da soja no Brasil: alguns aspectos**. Sao Paulo: USP, 1978.

ABSTRACT

REFLECTIONS ABOUT THE MODERNIZATION PROCESS OF AGRICULTURE AND SMALL FAMILIAR PRODUCTION: THE CASE OF MARAU

The present article discusses the insertion of the small production brazilian agriculture, in Marau city to process of modernization brazilian agriculture. For it, analyse the relations internal and external that unite and involve the production of several products, contradictory, at half to modern process, objectivator of reproduction while farmer unity.

Key-words: agriculture, regional economy, Rio Grande do Sul.